

CARLOS SCALASSARA

**PROGRAMA
DE GOVERNO**

VIDA DIGNA, LONDRINA!

O que inspira o programa de governo de nossa candidatura é “VIDA DIGNA, LONDRINA!”. Muito mais que um slogan publicitário, trata-se de um norte programático.

Em primeiro lugar, a ideia de VIDA DIGNA vem inspirada pela Constituição Brasileira, promulgada em 1988, que prevê em seu preâmbulo instituir um Estado Democrático em que se assegure os direitos sociais e individuais, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça e uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Em segundo lugar, VIDA DIGNA está em consonância com os nossos princípios e objetivos partidários. O Partido dos Trabalhadores, em documento recente, intitulado “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”, aponta a urgência de opor-nos à atual situação de desmonte da democracia e de políticas sociais, com propostas de enfrentamento da pobreza e da fome, reorganizando a cadeia produtiva da cesta básica para torná-la acessível, apoiando a agricultura familiar que põe comida na mesa, aplicando uma política tributária justa e reconstruindo as bases do desenvolvimento inclusivo, social e ambientalmente sustentável.

Em terceiro lugar, e com muito orgulho, a ideia de que todos possam ter uma VIDA DIGNA é o norte de vida e de atuação comunitária de nosso candidato, Carlos Scalassara. Como candidato, ele quer fazer desse objetivo de vida um projeto de gestão para Londrina. O fundamental nesse projeto é que as pessoas e comunidades tenham atendidas suas necessidades básicas de renda, de cuidados sociais, de saúde, de educação, de cultura e de participação nas decisões sobre a cidade.

Acreditando na coletividade, nosso programa foi formulado com participação de ativistas e especialistas das várias áreas envolvidas pela gestão pública. Formaram-se 27 grupos de trabalho, que se debruçaram em diagnosticar e propor o que segue:

EIXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL

- INCUBADORAS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA

Londrina tem enorme potencial para a economia criativa, aquelas atividades em que boas ideias podem gerar negócios promissores e renda para muitas pessoas. São exemplos a moda e o vestuário; o artesanato e peças de decoração; as atividades variadas de lazer e turismo; a criação de vídeo, cinema, teatro, música e outras artes; a gastronomia; os festivais e mostras culturais, os eventos variados; a produção de alimentos orgânicos e diferenciados, etc.

Temos muitos artistas criando; cursos técnicos e universitários de arte, comunicação, teatro, moda, design, arquitetura, culinária, cinema e vídeo e publicidade e propaganda, que podem

ajudar a qualificar os produtores e os produtos. Propomos o fomento e incentivo organizador do poder público, através de incubadoras, propiciando condições para produção, exposição e comercialização.

- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O município de Londrina tem cerca 4.084 propriedades rurais. A grande maioria é de pequenas propriedades. São 1.878 propriedades até 12 ha. Outras 1653 tem área entre 12 e 48 ha. Temos 2.462 agricultores familiares trabalhando a terra no município, praticando a horticultura, o cultivo de grãos, a avicultura de corte e a produção de leite. Esse é um grande potencial para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida em Londrina.

Propomos um PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, baseado em:

- Incentivo à produção de alimentos seguros e certificação orgânica.
- Ampliação da qualidade da merenda escolar com essa produção.
- Implantação de barracões ou feiras do produtor nas diversas regiões da cidade para o acesso da população à produção.
- Incentivo para que grandes empresas estabeleçam parcerias com os produtores de alimentos, em benefício de seus empregados.
- Apoio para pequenos e médios produtores se organizarem em associações e cooperativas e melhorarem a infraestrutura de produção.
- Ação e apoio para melhoria das moradias e estradas rurais.
- Acesso aos serviços de saúde, educação, cuidados sociais e cultura.
- Provimento de internet de qualidade e orientação para uso das tecnologias da informação no desenvolvimento da produção e industrialização de alimentos.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O eixo de desenvolvimento social definido no Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores para a eleição municipal de Londrina em 2020 inclui as áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Política Urbana, Moradia, Trabalho e Esporte.

A formulação das propostas teve como base os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e as posições do Partido dos Trabalhadores sobre os temas, como a universalização de acesso e a democratização e participação da população nas prioridades em todas as políticas públicas.

Uma perspectiva territorial e integrativa permeou o eixo de desenvolvimento social, tendo como princípio o direito à cidade. Esse direito é o elemento articulador multitemático e transversal a todos os aspectos abordados, entendido como o direito ao trabalho, à renda mínima digna, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade.

DIREITO À SAÚDE:

Identificamos baixa cobertura assistencial de saúde na cidade e funcionamento precário, com equipes incompletas e componentes das equipes sendo requisitados para ações de assistência à demandas, em detrimento das ações de prevenção à saúde no território de responsabilidade de cada equipe.

PROPOMOS:

- Propomos o fortalecimento das Unidades Básicas de Saúde – UBS, com expansão da Estratégia Saúde da Família para 100% da população, garantindo equipes completas (médico/a, enfermeiro/a, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde) e ampliação dos serviços de saúde bucal.

- Propomos um sistema de saúde que atenda e cuide de cada pessoa com respeito, humanidade e resolutividade, atuando preventivamente nas comunidades, em todos os bairros da cidade com equipes de saúde da família, zelando e educando pela saúde.

- Ampliação dos serviços nas UBS, com aumento de mais 8 equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, contemplando assistência de fisioterapia, psicologia, nutricional e de profissionais de educação física e farmacêutica.

- Expansão da oferta de ambulâncias do SAMU, de leitos de enfermagem e leitos de terapia intensiva, com participação do Governo Estadual e do Governo Federal.

- Consolidação de uma rede de cuidado em saúde que garanta o atendimento de especialidade ambulatorial e hospitalar, em média e alta complexidade, em interação com a atenção básica.

DIREITO À EDUCAÇÃO:

A Constituição prevê a educação como direito de todos e dever do estado e da família, cabendo ao município garantir a oferta da educação infantil, fundamental I e diferentes modalidades de ensino (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

Em Londrina, temos crescente demanda por educação infantil, levando o município a conveniar-se com instituições para esse atendimento.

Em termos de educação fundamental, contamos com 84 escolas municipais, das quais 20 funcionam em turno integral. Observando a realidade dessas escolas, identificamos uma realidade em que elas encontram-se inviabilizadas financeiramente, quando dependem exclusivamente do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) do Governo Federal, caso das Escolas Municipais e CMEIs. Esse recurso, ademais de insuficiente, mostra-se de operacionalização

inviável a algumas despesas cotidianas, o que obriga as escolas a recorrerem às doações voluntárias das famílias e diversas outras estratégias de arrecadação - situação que fica ainda mais crítica nas escolas mais periféricas.

Outra demanda do setor diz respeito à reestruturação da carreira dos profissionais da rede. Há muito defasada, essa é uma justa e urgente luta dos professores que se veem desmotivados, sem incentivo nem reconhecimento de méritos acadêmicos.

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, temos 33 Escolas Municipais que oferecem essa Modalidade da Educação Fundamental I. Os dados apontam um grande desafio nesse campo, de superar o índice de 20.000 analfabetos absolutos e aumentar os níveis de escolaridade da população, principalmente os grupos historicamente excluídos (negros, indígenas, mulheres, transgêneros, moradores de ruas, etc.). Não obstante, Londrina conta com oportunidades de mudança nesse quadro com parcerias interinstitucionais que devem ser buscadas.

PROPOMOS:

- Retomar e instituir uma legal e permanente subvenção municipal, em complemento ao PDDE, de modo a garantir saúde financeira às escolas, extinguindo a necessidade da contribuição voluntária das famílias e outros métodos paralelos de complementação orçamentária.
- Propor, a partir de ampla e democrática discussão com o SINDISERV e os trabalhadores da educação, completa reestruturação da carreira dos professores em que estejam contemplados:
 - Piso salarial indexado, digno e proporcional às atividades docentes, com equiparação a todos os níveis da rede municipal, sem distinção.
 - Plano de carreira equiparado ao plano federal da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.
 - Retribuição por titulação.
 - Licença remunerada para qualificação acadêmica, mediante contratação em regime PSS pelo período da licença.
 - Regime de 20 e 40 horas semanais, com opção de Dedicção Exclusiva nos casos de desenvolvimento de pesquisa e extensão.
 - Estabelecimento de carga horária máxima em sala de aula e mínima para hora-atividade.
- Instituir um programa municipal de educação inovadora que fomente a reestruturação curricular das escolas em atendimento às exigências de um mundo conectado, do conhecimento virtual e da conjuntura sanitária da pós-pandemia, bem como:
 - Uma comissão permanente, composta por destacados profissionais, pesquisadores da área e servidores da rede, que atue concomitante ao CMEL para discussão, avaliação e proposição de educação inovadora, significativa e pedagogias ativas a fim de promover uma renovação do currículo para as gerações futuras.
- Instituir ao menos uma equipe multidisciplinar para cada zona do município, com assistente social, psiquiatra e psicólogo, a fim de suprir a urgente demanda de diagnóstico para condições especiais de educação, orientando os profissionais de educação das salas de recursos.

- Ampliar a atuação da Gerência de Manutenção Escolar para viabilizar eficiência na manutenção predial e nos serviços gerais que garanta agilidade na resolução das demandas cotidianas das escolas.
- Elevar a escolaridade da população de jovem, mediante um programa interinstitucional de itinerário formativo para a EJA a ser ofertado em parceria com o Instituto Federal do Paraná, campus Londrina, buscando elevar o município a um território livre de analfabetismo.
- Implementar a oferta de educação integral concomitante a ser realizada em:
 - Centro Municipal Poliesportivo em cada zona do município a fim de atender, prioritariamente, os filhos das famílias vulneráveis em contraturno, com atividades diárias em parceria com as universidades do município para a contratação de estagiários remunerados.
 - Atividades culturais e arte-educativas nas escolas municipais atendendo as atividades em contraturno, em diferentes linguagens (música, plástica, teatro, literatura, dança), em parceria com projetos culturais municipais.
- Garantir refeições diárias de qualidade, com alimentos provenientes da agricultura familiar e sustentável da região, sem o uso de agrotóxicos, conservantes ou corantes artificiais, respeitando as necessidades individuais (clínicas), culturais e religiosas.
- Buscar, dentro de 4 anos, o acesso à Educação Infantil para 100% das crianças.
- Instituir no currículo escolar os programas relativos à preservação Meio Ambiente, como Horta na Escola e Escola Lixo Zero.

DIREITO A CUIDADOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

É importante dizer que, em Londrina e no país, as melhores, mais reconhecidas e mais estruturantes Políticas de Assistência Social nasceram em gestões do Partido dos Trabalhadores, e vamos redobrar esforços para uma Londrina mais digna, com menos desigualdade social, com enfrentamento das vulnerabilidades, do racismo e de todas as formas de intolerância e violência.

No que se refere à participação e controle social, Londrina, foi um dos primeiros municípios a criar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) que, atualmente, conta com 28 conselheiros titulares e 28 suplentes, sendo que 05 (cinco) vagas são destinadas aos usuários/as da política de assistência social.

Reconhecemos e valorizamos o princípio do direito à política de assistência social e primazia da responsabilidade do governo municipal na gestão do SUAS com comando único, visando a universalização do acesso à assistência social no município de Londrina, considerando as seguranças de renda, acolhida, convivência, autonomia e apoio e auxílio.

Registre-se que em 2001, na gestão do PT, implantou-se na cidade um programa de transferência de renda municipal, cujo valor do respectivo benefício era de R\$ 100,00 por família, o que equivalia a 55% do salário-mínimo (R\$ 180,00). Esse Programa, atualmente denominado Programa Municipal de Transferência de Renda – PMTR, atende 2.754 famílias (das 80.965 cadastradas no IRSAS) e com valor de R\$ 107,60, o que equivale hoje, a 10,33% do salário-mínimo.

PROPOMOS:

- Garantia de segurança de renda, com ampliação dos valores e da cobertura do benefício municipal de transferência de renda municipal (PMTR) de modo a garantir proteção social e promovendo, articuladamente, ações de inclusão econômica.
- Ampliar a estrutura de proteção social com construção e/ou ampliação das unidades dos CRAS: Oeste A e Sul A (construção), Leste B, Norte C e Sul C (implantação), Sede para o Rural; e ainda implantação, ampliação e reforma das unidades de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, de forma descentralizada nos territórios, sobretudo para os jovens (regiões: Centro, Leste, Norte, Rural, Sul, Oeste).
- Ampliação do financiamento da política de assistência social para fazer frente às novas demandas de desigualdade no município de Londrina diante dos efeitos da pandemia. Facilitação da execução orçamentária dos valores previstos de todas as esferas de governo.
- Ampliação de vagas em cursos profissionalizantes para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, adolescentes com baixa escolaridade, com garantia de acesso ao mercado de trabalho, e a efetivação de contratação de adolescentes, na condição de aprendiz, por parte de órgãos municipais.
- Promoção da integração das políticas públicas como esporte, educação, cultura, assistência social e mobilidade urbana, para a oferta de atividades esportivas, recreativas e culturais como arte, teatro, música, de forma gratuita, nos distritos e áreas rurais e urbana, em parceria com as escolas.
- Implantação de espaços de múltiplo atendimento nos distritos que várias políticas públicas e de prestação de serviços possam desenvolver ações que cheguem até a comunidade rural.
- Propiciar iniciativas integradas de proteção, desenvolvimento humano, economia Solidária, preparação ao mundo do trabalho, formação político-cidadã, acesso às novas tecnologias, defensoria pública, educação não formal, integrando políticas públicas e prevendo parcerias com as universidades públicas.

POLÍTICA URBANA PARA O DIREITO À CIDADE

A Política Urbana é definida no Art. 182 do Capítulo II da Constituição de 1988, tendo por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, considerando a “função social da propriedade” (§ 2º do art. 182).

Começamos a transformar a política urbana em Londrina com a eleição do primeiro Prefeito do PT na gestão que ocorreu entre 1993 e 1996. Órgãos e instituições foram criados para tratar problemas urbanos. Durante a segunda e terceira gestão do PT, de Nedson Micheletti (2001-2008), outros programas e ações com investimentos que priorizaram atender as periferias da cidade, foram realizados.

Londrina tem um Plano Diretor Participativo em vigor, que é a Lei n. 10.326/2008. Ele está em processo de revisão, com o projeto de Lei n. 207/2018. Este projeto foi fruto de um processo participativo de discussão e elaboração, aprovado em Conferência com participação popular. Ele tramita na Câmara Municipal desde dezembro de 2018.

O acompanhamento deste projeto de lei e a defesa de sua aprovação como foi apresentado originalmente é importante. Tem dispositivos que permitirão inibir a especulação imobiliária e, por consequência, possibilitar a implantação de políticas de acesso à terra e à infraestrutura urbana, à habitação, à mobilidade urbana, ao transporte seguro, à localização de novos equipamentos públicos, ao saneamento ambiental, melhores do que os existentes. Possibilita ainda avançar na construção da gestão democrática da cidade, com inclusão social e sustentabilidade urbana, na luta por uma vida digna.

PROPOMOS:

- Aprovar e implantar o PL 207/2018, do novo Plano Diretor, como foi formulado em conferência participativa.
- Promoção da regularização fundiária utilizando a legislação disponível imediatamente e os instrumentos do novo Plano Diretor, assim que aprovado.
- Trabalhar por água potável acessível, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos urbanos (lixo) e um sistema de transporte sem aglomeração, apresentando alternativas viáveis e sustentáveis, bem como habitação digna.
- Melhoria das condições do transporte coletivo, visando segurança sanitária aos usuários, implantando abrigos nos pontos de ônibus nas periferias e manutenção de todas as linhas de transporte coletivo existentes antes da pandemia.
- Implantação de programa habitacional para atender as famílias de menor renda, se possível em conjunto com as esferas Estadual e Federal, no âmbito dos programas de eficiência energética e de sustentabilidade.
- Apresentação de estudos e propostas para a implementação de alternativas seguras, eficientes e sustentáveis de mobilidade urbana, no âmbito dos programas para a preservação ambiental.

DIREITO À MORADIA

Temos vários problemas para resolver em termos de moradia em Londrina, dentre os quais destacam-se os seguintes:

- Não há no município de Londrina um órgão específico para a solução de problemas de moradia, uma vez que a COHAB-LD não entende ser responsável por esse direito fundamental e a prefeitura da cidade não possui Secretaria que trate exclusivamente da situação.

- O número de famílias sem moradia na cidade aumenta a cada ano. Atualmente são 46 mil famílias cadastradas na COHAB-LD demandando moradia e a situação de ocupações e assentamentos tem crescido na mesma velocidade. Atualmente são 2 mil famílias em situação de ocupação, conforme o coletivo de moradores em situação de ocupação. O município de Londrina tem em torno de 60 ocupações.
- Não há políticas públicas para as pessoas que se encontram em ocupações e assentamentos.
- As famílias cadastradas na COHAB-LD e que estão aguardando um imóvel pagam aluguel e vivem em condições precárias, inclusive as que estão nas ocupações/assentamentos, o que é ainda mais grave. Não obstante, o município apresenta muitas casas abandonadas que poderiam servir como moradia, mesmo que temporária.
- A COHAB-LD e a prefeitura não têm projetos sociais, como, por exemplo, o Aluguel Solidário.
- A COHAB-LD trabalha com o Programa Minha Casa Minha Vida, porém, muitos empreendimentos construídos pelo programa são abandonados e acabam se tornando ocupações, como por exemplo o residencial Flores do Campo.
- A COHAB-LD tornou-se apenas uma “fonte de cadastro”, o que acarreta desvio de finalidade, uma vez que esta foi criada com o objetivo de proceder ao cadastro de famílias e construir moradias.
- Estima-se que o número de famílias em situação de ocupação cresça no ano de 2020, em decorrência da situação pandêmica que vivemos.

PROPOMOS:

- Retomar a responsabilidade da COHAB-LD e da prefeitura em promover o direito à moradia em Londrina.
- Criação de uma Cooperativa de Construção para garantir o acesso à habitação, envolvendo esforços da prefeitura, das associações por moradia e dos empreendedores privados, incentivando a criação de cooperativas de crédito, oferecendo qualificação entre os demandantes para a construção e promovendo autogestão das comunidades na construção coletiva das HIS (Habitação de Interesse Social), sob critérios de eficiência energética e sustentabilidade.
- Implantar o Aluguel Social, com finalidade de atender as necessidades de moradia decorrentes de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Esse benefício tem por base a Lei 8.742/93.
- Refinanciamento de moradias abandonadas para moradores de baixa renda, promovendo subsídios e refinanciamento, que permitam a entrega das unidades abandonadas a essa população.

DIREITO AO TRABALHO E À RENDA

Em que pese ser um polo universitário e centro de referência para uma região de aproximadamente dois milhões de habitantes, Londrina ainda não conseguiu definir caminhos sólidos para gerar desenvolvimento, trabalho e renda. Com grande número de universidades e oferta de cursos técnicos profissionalizantes e tecnólogos, há um enorme potencial do município se estabelecer como polo tecnológico. No entanto, tal perspectiva não tem ganhado caminhos. O momento atual, de crise econômica e sanitária, levou ao fechamento de milhares de postos de trabalho.

É urgente ter novas perspectivas. A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda tem por atribuições promover, coordenar e incentivar políticas públicas de geração de emprego e renda, cooperativismo e de economia solidária. É responsável também por elaborar a política municipal de apoio à integração no mercado de trabalho da juventude.

PROPOMOS:

- Criação de um Centro de Treinamento ligado à Secretaria do Trabalho, com estrutura para atividades nos três períodos diários, qualificando mão de obra necessária para atender a demanda advinda da iniciativa privada, da própria prefeitura e das comunidades.
- Incentivo à organização dos trabalhadores autônomos em microempresas e/ou cooperativas, criando linha de crédito subsidiado.
- Organização dos profissionais liberais e prestadores de serviços que se interessarem em uma cooperativa de Serviços Profissionais Liberais de Londrina.
- Promover trabalho e renda relacionados às políticas de meio ambiente, transporte, moradia, construção, infraestrutura, lazer, cultura e esporte, preparando profissionais e criando aplicativos organizadores dos serviços no âmbito das propostas relativas à Cidade Digital.

DIREITO AO ESPORTE E LAZER

Londrina pode oferecer muito mais em qualidade de vida a seus cidadãos em relação ao esporte e lazer. Queremos melhorar o atendimento de esporte e lazer em toda a cidade e distritos. Implantar essas atividades significa vida digna aos cidadãos.

PROPOMOS:

- Revitalização das áreas existentes para práticas esportivas e construção de novas áreas nos bairros periféricos e assentamentos.
- Criação de programa de esporte, ginástica, condicionamento físico e lazer que atenda a terceira idade.
- Instituir Centros Municipais Poliesportivos nos bairros da cidade que atendem, no âmbito das propostas relativas à educação, as Escolas Municipais em contra-turno.

- Reformulação do FEIPE - Fundo especial de incentivo a projetos esportivos, democratizando sua finalidade de designar recursos aos diferentes projetos esportivos, voltando-os ao atendimento das comunidades e também ao desenvolvimento das modalidades esportivas.

EIXO DOS DIREITOS CULTURAIS

Londrina é uma cidade cosmopolita, que se formou a partir da década de 1930 e cresceu rapidamente, recebendo gente de todo mundo e de todos os cantos do país. É diversa em termos de formação cultural e caracterizada por um ambiente de construção.

A partir de 2001, com o governo Nedson, a gestão cultural da cidade ganhou nova e importantíssima dimensão e configuração, tornando-se um exemplo modelar de gestão da cultura como política pública: ofertar a diversidade cultural para a população no município como um todo, em favor da expressividade, da sociabilidade, da realização das subjetividades, da leitura crítica do mundo e da qualidade de vida.

A Rede Cidadania foi um programa criado visando ampla circulação cultural e uma igualmente ampla oferta de oficinas de criação artístico-cultural para a população, de modo que ela não apenas fruisse e consumisse, mas que se apropriasse criativamente das linguagens artísticas.

Em setembro de 2001 aconteceu a 1ª Conferência de Cultura da Cidade de Londrina. Na conferência, o meio cultural e o poder público colocaram como perspectiva modificar a legislação de fomento a projetos, substituindo o modelo de renúncia fiscal por um fundo público em que os recursos fossem do orçamento municipal aos projetos aprovados.

Durante o ano de 2002 a legislação do Promic foi elaborada, tramitou no legislativo, foi aprovada e a prefeitura se preparou administrativamente para iniciar o Programa em 2003. A dotação orçamentária inicial do Promic foi de R\$ 3,5 milhões, o que orbitava perto de 1% do orçamento municipal. Era uma raridade esse percentual, em termos de Brasil.

O que tornou a política pública de Londrina e o Promic importante modelo no país foi uma combinação de fatores: 1) Ser um mecanismo para oferecer os benefícios da arte e da cultura para a população, amplamente; 2) ser um compromisso do poder público com essa importância, com orçamento significativo; 3) o reconhecimento, pelo poder público, de que a cultura emana dos artistas e das comunidades, e os projetos são a forma de prover o direito a sua diversidade; 4) Uma interlocução entre poder público, artistas e comunidades, sobre prioridades na produção e distribuição da cultura, gerando projetos; 5) e a possibilidade das redes de ação cultural entre projetos diversos, como foi a Rede Cidadania, potencializando as oficinas criativas e a circulação das criações artísticas na cidade.

OS RESULTADOS INUSITADOS

Em 2006 a Rede Cidadania atingiu um patamar de 50 projetos anuais, que ofertavam cerca de 20 oficinas e atendiam algo em torno de 7000 pessoas, majoritariamente crianças e adolescentes. Em

2007, a iniciativa londrinense foi ganhadora do Prêmio Cultura Viva, do Ministério da Cultura, como exemplo municipal envolvendo cultura, educação e comunidades.

Com o Promic e o volume de recursos destinados a projetos, a cidade passou a contar com uma ação cultural muito significativa em relação aos anos anteriores. Além do Filo – Festival Internacional de Teatro e do Festival de Música, nasceram o Festival de Dança, o Festival Literário Londrix, o Festival Demosul de Bandas Independentes, a Mostra Londrina de Cinema, a Mostra de Teatro e Circo e muitos projetos formadores significativos.

A cidade passou a contar com as Vilas Culturais, programa implantado visando dotar a cidade de novos espaços de fruição da cultura e os grupos culturais de espaços necessários à organização de suas atividades.

O ESAZIAMENTO RECENTE DA POLÍTICA PÚBLICA

Os anos que se seguiram ao governo petista vieram acompanhados do abandono dessa visão da importância da cultura para a vida de todos.

O primeiro e mais sensível abandono foi em relação à Rede Cidadania. Deixou-se de ofertar as oficinas criativas A circulação da produção cultural, antes orientada a toda cidade, novamente se retraiu ao eixo central, com poucas e honrosas exceções de projetos que continuaram a ter a cidade como um todo em seus horizontes.

A dotação orçamentária do Promic foi defasando seu valor real e sua expressividade ante o orçamento municipal. No patamar em torno R\$ 4,5 milhões/ano, está muito aquém do patamar orçamentário investido na gestão Nedson. Voltou a atender somente à demanda que chega, gerando no meio cultural uma disputa por uma naco do orçamento destinado aos projetos.

A política cultural deixa de ser transversal e de relacionar-se significativamente com outras políticas públicas, como educação, assistência, urbanização. De fato, retorna-se a um status quo próximo ao período anterior a 2001: ser uma fonte de recursos reservado a certas demandas do meio. Não é mais algo ousado, capaz de envolver o meio cultural e multiplicá-lo nessa ação de ofertar a cultura amplamente.

A CULTURA, FATOR DECISIVO PARA UMA VIDA DIGNA

A cultura é uma grande potência como política pública. É uma potência de transversalidade:

- No âmbito do desenvolvimento econômico, a cultura é fonte decisiva da economia criativa.
- No âmbito educacional, a presença da cultura nas escolas significa um repertório de ludicidade, de envolvimento, de prazer no fazer coletivo, de novas formas de ler o mundo e de expressá-lo.
- No âmbito da saúde, a cultura pode ser fator preventivo efetivo em relação a doenças como hipertensão arterial, stress, gripes, etc. Um programa de saúde da família pode ter na presença da cultura nas comunidades uma parceira, proporcionando lazer, preparação corporal, exercícios de alongamento para adultos e idosos.

- No âmbito da política para o idoso, a cultura contribui para o bem-estar físico e redimensiona a perspectiva de vida. Muitos idosos que passaram a vida em trabalhos pouco criativos encontram novas motivações e expressão para suas vidas.
- No âmbito da assistência e dos cuidados sociais, a cultura disponibiliza um verdadeiro manancial de possibilidades de socialização, inclusão, desenvolvimento da auto-estima, etc.
- No sentido da boa ocupação dos espaços públicos urbanos, a cultura permite e facilita a programação da ocupação desses espaços, como praças, Calçadão, Concha Acústica, criando uma relação afetiva da ocupação deles pela população e pelas comunidades.
- Enquanto aliada das políticas de segurança pública, a cultura oferece alternativas para crianças, adolescentes e jovens, que eles abraçam prazerosamente, livrando-os de envolvimento com a criminalidade.

PROPOMOS:

- Investimentos na cultura e no fomento a projetos: Londrina assumindo o desafio histórico de investir pelo menos 2% do orçamento municipal em cultura, mostrando que é a cidade-exemplo do Brasil em reconhecer a importância da cultura;
- Uma rede dignidade: Um amplo processo de circulação e criação cultural envolvendo os bairros em todas as regiões, a área central da cidade e os distritos rurais, provendo oficinas, mostras espetáculos e festejos;
- O Teatro Municipal, coração cultural da cidade: concluir a construção do Teatro Municipal, como um coração que irradiará e para o qual confluirá a intensa criação cultural da cidade.
- Conservatório Municipal de Música: Demanda antiga do setor, Londrina carece de formação qualificada de música, ficando restrita à iniciativa privada. É prioritário, nesse sentido, contar com uma oferta de formação musical de excelência de iniciativa pública para oportunizar a arte aos cidadãos de baixa renda.
- A estruturação, integração e vivificação dos espaços culturais: a biblioteca, o Teatro Zaqueu de Melo e os Museus. Em relação às Vilas Culturais, importantes espaços de fruição e articulação da vida cultural, elas precisam ter condições de programação e de serem vetores de integração de toda a vida cultural que projetamos para a cidade.

Rumo aos 90 anos - dignificar a história de Londrina: À próxima gestão municipal caberá a comemoração dos 90 anos de Londrina. Podemos e devemos apresentar uma proposta de caminhar rumo a esse aniversário recuperando e contando a história de Londrina, e seus muitos fazedores e personagens, seus múltiplos atores humanos e sociais, para além do que costuma fazer a história oficial. Buscar a história de Londrina de modo plural, incluindo a vida popular nas manifestações cotidianas, nas artísticas, nas festas, etc.

- Fortalecer a secretaria de cultura: Recompôr o quadro de pessoal da Secretaria de Cultura, de modo a atender a necessidade de estruturar essa grande modelagem de ação cultural.

EIXO AMBIENTAL:

Todos nós temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado que é essencial à sadia qualidade de vida. Apesar de Londrina ser uma cidade privilegiada em recursos naturais, há muitos gargalos na gestão ambiental e muitos desafios que estão postos para Londrina se tornar um exemplo de cidade sustentável.

A inflexão ambiental que se apresentará à próxima geração será definida por aquilo que decidimos fazer hoje. Nesse sentido, o programa de Governo Vida Digna, Londrina, se coloca como um pacto entre o poder público municipal e cada cidadão londrinense. Por isso, as seguintes propostas estão alinhadas com as melhores práticas internacionais para colocar Londrina na vanguarda da gestão ambiental.

PROPOMOS:

- Implementar um Programa Lixo Zero Londrina, sob os princípios da Zero Waste International Alliance e do Instituto Lixo Zero Brasil, com metas para que, até 2024, Londrina seja uma das pioneiras na gestão sustentável de resíduos, no aterro zero e lixo zero. Esse Programa atuará em diversas frentes, também propostas como:
 - Instituir centros de redistribuição e reaproveitamento solidários de itens diversos.
 - Instituir mercados solidários em diferentes pontos da cidade, bem como geladeiras solidárias, que serão abastecidos com alimentos próprios para o consumo, mas impróprios para alguns critérios comerciais, evitando o desperdício.
 - Centros de coleta e recuperação de dispositivos eletrônicos, que complementarão o Programa de Inclusão Digital.
 - Programa de compostagem nas escolas e compostagem comunitária nos bairros.
 - Inclusão da educação ambiental no currículo e programas de conscientização ambiental dos munícipes, com separação de recicláveis em mais categorias.
 - Lixo zero nas escolas.
 - Incentivo fiscal à iniciativa privada que se enquadre no programa Lixo Zero.
- Incentivo às sacolas retornáveis e legislação restritiva acerca das sacolas plásticas, mesmo biodegradáveis.
- Programa de Segurança Alimentar, com feiras e centros de distribuição da produção local, proveniente da agricultura familiar, hortas comunitárias e incentivo e auxílio à certificação orgânica da agricultura familiar.
- Implantação de estações de Bicicletas compartilhadas, com parceria público-privada, em regiões planas com potencial para ciclovias funcionais e seguras, como na Leste-Oeste.
- Programa IPTU Verde, com incentivo para implantação de energias eólicas e fotovoltaicas e captação pluvial.
- Habitações de Interesse Social já construídas com o princípio da eficiência energética.

- Programa Londrina mais Verde, com o aterramento da fiação energética e de telefonia no anel central, evitando podas drásticas e aumentando a arborização central.

EIXO IDENTITÁRIO

IGUALDADE RACIAL

A distribuição da população londrinense por raça/cor conta com 74,20% de brancos, 21,74% de negros (pretos e pardos), 3,59% de amarelos, 0,24% de índios. Além do percentual expressivo de pessoas negras, outros Indicadores apontam para vulnerabilidade dessa parcela da população, “invisível” para na história da cidade e alijada dos processos político, econômico e o social. Grande parte dessa população vivem em bairros periféricos, com baixo poder aquisitivo e inseridos em trabalhos de baixa remuneração e/ou precarizados.

O Movimento Negro de Londrina sempre se destacou historicamente entre uns dos movimentos negros mais atuantes do Paraná e do Brasil. Já na década de 40 tratavam da questão racial, como é o caso do Clube Quadrado, fundado por Manoel Cipriano, que mais tarde se tornou na Associação Princesa Isabel e depois na AROL (Associação Recreativa e Operaria de Londrina). Nos anos 70, várias referências como Movimento União e Consciência Negra – Mucon, IMECAB - , Instituto do Movimento de Estudo da Cultura Afro-Brasileira o Projeto Pro-Ranti, AABRA-Ld – Associação Afro Brasileira de Londrina e Zumbi Bar, este último foi por muito tempo referência e ponto de encontro dos movimentos sociais negro de Londrina.

O Município teve o primeiro Conselho voltado para comunidade negra do Paraná. Sediou grandes conferências e hoje tem o Conselho de Promoção de Igualdade Racial e uma estrutura mínima governamental, que é a Gestão da Igualdade Racial. Recentemente aderiu ao SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial, que na prática habilita o Município e instituições da sociedade civil a pleitear recursos para projetos de promoção da igualdade racial.

Tantos anos de luta, o movimento social negro teve conquistas importantes como o sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina, figurando também entre as primeiras Universidades a implantar o sistema. Criou-se o GT Racismo no Ministério Público, e praticamente várias ações são feitas em rede, fortalecidas pelo Pacto de Combate ao Racismo e todas as Formas de Preconceito e Discriminação que envolve o Município, Ministério Público, Universidade Estadual de Londrina, SEED-Núcleo de Londrina, entre outras instituições.

Teve também retrocessos como o feriado aprovado em 2009 pela Câmara de Vereadores, suspenso em 2013 por ação direta de inconstitucionalidade movida pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) .

Tragédias com forte viés racista como a que vitimou uma das grandes lideranças, a Yá Mukumbi, mãe e neta ou ainda o jovem Mateus Ferreira Evangelista, morto ante uma abordagem da Guarda Municipal, na região norte.

Londrina não foge à regra da estatística nacional. Estamos num momento em que a violência racial está se expressando com muita força e está calando muitas vozes. A escalada de violência contra lideranças negras, indígenas, jovens negros e mulheres tem alcançado patamares alarmantes.

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em nível federal, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e as políticas afirmativas implantadas nos Governos Lula e Dilma, que vinham numa crescente de boas práticas e bons resultados, estão se perdendo diante do retrocesso civilizatório e o total desprezo aos direitos coletivos e individuais que vivemos nesses tempos.

PROPOMOS:

- Criar Secretaria que coordene uma rede transversal de proteção que possa contemplar o povo negro, indígena, ciganas (nômades) e imigrantes haitianos e africanos para além das políticas universais, que desenvolva mecanismos de combate ao racismo institucional;
- Criar mecanismos de implementação e acompanhamento avaliação no sistema municipal de ensino na aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08;
- Fomentar a oferta de trabalho, formação e capacitação para homens, mulheres e jovens negros e indígenas;
- Garantir (via PROMIC e/ou outros), fontes de recursos para o financiamento de projetos voltados à cultura africana e/ou afro brasileira, indígena e outras;
- Acompanhar permanentemente as ações de segurança pública de forma a estabelecer mecanismos de proteção da violência praticada contra jovens negros, por meio de capacitação dos servidores da segurança pública, estabelecendo estratégias de combate ao genocídio da juventude negra;
- No planejamento urbano e Plano Diretor destinar espaços para manifestações culturais na comunidade de modo a privilegiar as relações sócio culturais existentes nos territórios como artistas de rua, skatistas, Hip Hop, entre outros;
- Criar indicadores para monitoramento das políticas públicas para a comunidade negra indígenas, ciganas (nômades) e imigrantes haitianos e africanos;
- Incorporar as necessidades das comunidades negras, indígenas, ciganas (nômades) e imigrantes haitianos e africanos, nas diretrizes do planejamento das políticas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional;
- Fomentar políticas públicas para combater o racismo religioso e garantir a liberdade de culto;
- Aprimorar a implementação das Plano Nacional de Saúde da População Negra;

- Garantir a implementação de políticas públicas que promovam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras, garantindo acesso a métodos contraceptivos;
- Construir moradia de interesse social para famílias de baixa renda com salários de zero a três salários mínimos;
- Urbanizar lotes para famílias de baixa renda;
- Implementar políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada para a população negra que vive em favelas, fundos de vale, áreas urbanas subutilizadas, degradadas e em processo de degradação;
- Implementar políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada a população negra que vive em favelas, ocupações, fundos de vale, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação.

DIREITOS DA MULHER

- Creches:

Uma pauta histórica do movimento de mulheres que não conseguimos suprir até hoje. É necessário o acesso com facilidade às creches, reduzir e extinguir as filas, não apenas para garantir o direito da criança, como parte fundamental na formação enquanto sujeitos, mas também, um direito trabalhista para as mães, para que possam trabalhar.

Hoje, as mulheres somam 43% das chefes de domicílio no Brasil, sendo responsáveis integralmente, ou parte importante na renda familiar. A maior parte hoje, desempregada, em trabalhos informais e precários, o que dificulta ainda mais o acesso à creche, visto que uma das exigências é o emprego registrado.

- Delegacia da mulher 24hrs:

O aumento de casos de feminicídio na cidade, comprovam que a violência sexista permanece, e que os casos tem seu pico nos finais de semana, justamente quando a delegacia se encontra fechada.

É necessário ampliar o atendimento para os sete dias na semana, 24hrs por dia, com plantonistas, inclusive na área psicológica.

- Maior fiscalização quanto à exploração do sexo:

No Brasil, a prostituição é legalizada. Contudo, a exploração do sexo por terceiros (cafetinagem) é crime, e deve ser penalizada como prevista em lei. Em Londrina existe redes de exploração sexual de mulheres e crianças. É preciso desmontar essa rede, pela vida das mulheres.

DIREITOS DOS IDOSOS

Londrina enfrentará, nos próximos anos, um alargamento do topo da pirâmide etária, isso se dá ao aumento de idosos no município. Situação que deve ser pensada com cuidado, analisando as possibilidades para tornar Londrina uma cidade referência na atenção aos idosos, através de

políticas públicas que garantam melhores condições de vida a esse importante segmento da sociedade.

Temos vários problemas no atendimento aos idosos. Como por exemplo, falta de recursos estipulados para estruturar políticas realmente necessárias, tendo que recorrer algumas vezes para o Fundo destinado ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

A prefeitura conta com uma parceria com a Fundação Tamarozzi, que funciona como um Centro Dia, que conta com atividades e profissionais para acompanharem aqueles que fazem uso do serviço. Parte dessa parceria, é paga com recursos do Fundo e hoje não há indicativo de que o município vai manter essa política em parceria com a Fundação.

A mobilidade para os idosos também é um problema, isso se dá, entre outras coisas, pela má ou inexistente política educativa de conscientização para respeito aos idosos, que têm dificuldade inclusive em fazer valer seu direito de assento preferencial nos ônibus de transporte público coletivo, ou nas vias públicas, com má sinalização. Também enfrentam preconceitos diversos que poderiam ser amenizados com uma campanha educativa, o que não existe.

Os idosos apresentam muitas necessidades em comum, mas também vivenciam realidades específicas, uns possuem família e cuidados, outros têm família, mas sofrem abandono. Há idosos de diferentes classes econômicas e sociais, o que mostra a pluralidade deste grupo social que tem como elo a faixa etária. O Poder Executivo do município deve olhar para cada uma dessas necessidades e criar políticas direcionadas para melhor atender os idosos. É fundamental trabalhar essas políticas em parceria com os demais poderes e com a sociedade civil organizada e movimentos sociais.

PROPOMOS:

É indispensável pensar uma cidade que inclua o idoso no orçamento, que pense políticas para a valorização dos idosos e suas trajetórias de vida. Que analise as necessidades de cada grupo específico, pois, para que as políticas tenham bons resultados, precisam ser pensadas cuidadosamente, elencando as diferentes variáveis.

São muitas as possibilidades para tornar Londrina uma cidade mais inclusiva, humana e solidária. Uma delas, que é verdadeiramente necessária, é uma política educativa para a população londrinense, desde a primeira infância, incentivando o respeito e a valorização da pessoa idosa. Isso porque as políticas públicas não devem se ater apenas ao ponto de vista prático, mas também à construção do imaginário social. Ou seja, quando se cria uma regra, precisa-se enfatizá-la e conscientizar sobre a necessidade dela, não basta as pessoas idosas terem direito a assentos preferenciais nos ônibus se as pessoas não respeitam.

O exemplo citado elucida uma situação, mas poderiam ser várias outras. Existem muitas políticas que são fundamentais para a melhora da qualidade de vida das pessoas idosas, especialmente as que mais sofrem com as desigualdades sociais, como a miséria e a pobreza.

Queremos que Londrina seja exemplo no que se refere ao cuidado aos idosos, por isso propomos políticas para acesso à saúde básica, saúde mental, mobilidade, habitação, acessibilidade,

incentivo ao pertencimento e convívio familiar, políticas descentralizadas e focadas no território de vivência, Centros Dia com especialistas de diversas áreas e entre outros.

DIVERSIDADE RELIGIOSA:

A diversidade religiosa de Londrina está representada, mais destacadamente por orientação do: Cristianismo (que abrange várias igrejas como a Católica, a Presbiteriana, a Luterana, a Anglicana, a Assembleia de Deus, etc...), Budismo, Islamismo, Judaísmo, as de matriz africana (Candomblé e Umbanda) e a espiritualidade indígena (povo originário/Comunidade Kaingang).

No campo social e político – No nosso município aconteceram momentos de fraternidade e crescimento, nascidos das comunidades onde na ação não importa a religião, mas sim o despojamento, a solidariedade, a alteridade, a perseverança e muito amor pelo próximo. Porém não podemos ignorar que houve, por outro muitas tensões, conflitos, atos de discriminação e de intolerância religiosa. Se não colocarmos em prática as ações que nos levam ao respeito e acolhimento à toda diversidade religiosa será por falta de costume ou porque nos falta imaginação, nunca porque seja uma possibilidade fora do alcance.

Hoje o que vemos no campo social e político (principalmente federal) é a instrumentalização das religiões onde prevalece o exclusivismo, etnocentrismo e a pretensão de privilégios, com total falta de respeito à constituição, aos direitos e a justiça e o mais grave, a incitação ao ódio. E o que queremos??? Acolher, respeitar e valorizar o trabalho e o esforço dos irmãos e irmãs, dos (as) militantes, de todos os povos que aqui migraram. Queremos que as alegrias e as esperanças, os sofrimentos e as dores nossas e dos nossos irmãos e irmãs, principalmente dos que não tem voz e nem vez, os invisíveis, sejam respeitadas e que políticas públicas sejam sempre priorizadas a esta camada da população. **Não podemos deixar desintegrar a fé da luta, da luta popular. Não podemos deixar que o nosso sonho (utopia) de fraternidade universal pereça.**

A discriminação e a intolerância religiosa existe dentre as várias denominações religiosas fundamentalistas e é um dos grandes desafios, principalmente em assegurar os direitos das religiões de Matriz Africana (cultural). Em Londrina já tivemos morte, depredação, destruição de imagens e objetos sagrados (espaços sagrados afros e católicos), negação de atendimento médico a um Pai de Santo (há 11 anos atrás), racismo religioso (com mulçumanos e afros). O sonho de fraternidade e respeito só se dá quando a força viva da sociedade se reúne para se opor a articulação do mal, a **fragmentação da VIDA**, à divisão, à falta de diálogo, à dependência e a escravidão.

Temos que estar voltados (as) para a recuperação da plenitude da vida. A ferramenta que possibilita essa reunião de forças é o diálogo com a sociedade com sincera vontade política, pois aí então, teremos chances de fazer frente à violência, à corrupção, à fome, às agressões ao meio ambiente, aos abismos sociais, à falta de acesso à boa educação etc... Porque os obstáculos não são judaicos, cristãos, mulçumanos, budista, de matriz africana ou dos povos originários. Eles são humanos!! Acima de tudo o estado deve ser laico.

PROPOMOS:

“A constituição brasileira de 1988, preservando a tradição republicana e mantendo-se fiel aos valores acolhidos pela sociedade internacional e pela maioria dos estados modernos, dispôs no inciso VI de seu art. 5º que é inviolável a liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia na forma da lei, a proteção aos locais de culto e de suas liturgias”.

- **Educação:** Garantir uma espiritualidade baseada na diversidade religiosa com programas plurais, história das religiões como aprofundamento do conhecimento, direito a uma educação mais justa e solidária.

- **Segurança:** Fazer parcerias para dar cursos de aperfeiçoamento, monitoramento, na área de segurança municipal com a finalidade de garantir um trato eficaz com as diversas igrejas, templos e terreiros para que seus espaços não sejam violados. Resguardar a isonomia das religiões de matriz africana pois atualmente são as que mais sofrem com o preconceito e racismo religioso.

- **LEGISLATIVO:** Articular e assegurar meios de punição para atos comprovados de discriminação religiosa, racismo religioso, preconceito e ou intolerância. Não privilegiar uma fé em detrimento de outra. Desburocratizar a legalização dos espaços sagrados das religiões de matriz africana que hoje ainda é diferente ao que concerne à abertura de uma igreja ou templo. A criação de lei municipal que ampare a matança de animais nos espaços sagrados das religiões afro.

- **CULTURA:** Garantir e criar espaços para ações conjuntas em favor da vida. Ex: diálogos, celebrações e apresentações culturais dentro da diversidade religiosa. Construir em parceria com a comunidade londrinense uma festa das religiões com toda a sua diversidade.

- CAMPANHAS E CELEBRAÇÕES MACROECUMÊNICAS

Parceria na implementação, sustentabilidade e divulgação das campanhas e celebrações inter-religiosas, tais como: Campanha da Fraternidade, Grito dos Excluídos, Dia Mundial das religiões etc...

- **DEPARTAMENTO:** Criar um departamento com a finalidade de registrar, orientar e acolher as vítimas de intolerância, preconceito e ou racismo religioso. Acompanhar e ajudar organizar, as festividades, celebrações e campanhas da esfera municipal. Estimular o diálogo e a vivência em nível inter-religioso nas comunidades para mútuo enriquecimento.

- **CONSELHO:** Criação de um conselho inter-religioso, consultivo e deliberativo com garantia de cadeiras para religiões afro e do povo originário.

POPULAÇÃO KAINGANG DA TERRA INDÍGENA DE APUCARANINHA

O território indígena Apucarantina está localizado na confluência dos rios Apucarana e Apucarantina com o rio Tibagi. A Terra Indígena - TI de Apucarantina já teve 7 aldeias e hoje são

três: Sede, Água Branca, Barreiro e Serginho (em processo para reconhecimento). Anteriormente tinham 80.000 mil hectares, hoje não passam de 5.574 hectares. Com uma população de 2400 pessoas, aproximadamente, dividem-se em torno de 650 famílias, que se subdividem também em duas metades clânicas: kame e Kairu. Todas os Kaingáng de TI falam língua materna, sendo as crianças de até sete anos de idade, estritamente monolíngues.

Sofrem pressão e ameaças de posseiros, de latifundiários e de mineradoras. Têm seu ambiente ameaçado pelas hidrelétricas, entre outras situações. Sofrem retrocessos, como a medida provisória do governo Bolsonaro, que transferiu a Funai (Fundação Nacional do Índio) para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura.

Existem duas escolas na TI contando com docentes indígenas e não indígenas, com uma gestão mista, totalizando 524 estudantes. As escolas recebem estudantes de mais duas aldeias Barreiro e Água Branca, em um total de 96 estudantes hoje. O transporte escolar é muito velho, vidros quebrados, e transporta crianças até de 5 anos. Da sede até a aldeia Agua Branca são 8 quilômetros. Que acaba sempre gerando atraso de 20 a 30 minutos.

Os docentes do Estado são PSS, portanto com rotatividade desses profissionais, Não existe um laboratório de informática com condições de trabalho. A internet que existe é extremamente falha nestas escolas. Professores(as) são transportados em Kombi velha que sempre acaba quebrando no caminho. Material que vem da SEED ou PML precisa ser sempre readaptado.

Essa população tem grandes dificuldades para a garantia de sua sustentabilidade econômica e reprodução sócio cultural. Ainda assim, resistem ao longo do contato com a sociedade ocidental. Carregam dentro de si a força da ancestralidade. Vivem da agricultura de subsistência e muitos acabam tendo que se tornar assalariados temporários fora da TI. Também produzem artesanatos que vendem na informalidade e têm nisso as possibilidades de renda para a economia das famílias. São oriundos de caçadores e pescadores.

Tem várias necessidades oriundas das sociedades modernas e também querem usufruir destes bens de consumo, o que conseguem com muitas dificuldades com a venda de artesanatos, daí ver famílias nas ruas de Londrina, centro e bairros da área urbana “negociando” seus objetos artesanais, o que muitas vezes acabam não conseguindo depois de andarem o dia todo, o que acaba acontecendo é desta população trocarem suas produções por alimentos e outras mercadorias e de forma desigual. E muitas vezes debaixo de barracas na beira das ruas e avenidas de grande tráfego, que os deixam mais vulneráveis em todos os sentidos, crianças são vistas em semáforos, por exemplo e também sofrem e muito preconceito e discriminação.

Este deslocamento para a área urbana geralmente acaba acontecendo 2 a 10 vezes ao ano por cada família. Geralmente se deslocam por conta deles mesmos e por ônibus de linha ou caminhões alugados. Em relação às crianças e jovens indígenas no contexto de vulnerabilidade na cidade, há necessidade de fortalecer e implementar as ações voltadas para minimizar os riscos, composta por uma comissão, coordenada pelo município de Londrina em parceria com o Ministério Público Federal, vara da infância, Funai e programas da secretaria municipal de assistência social (Cras Rural, Creas Centro Pop e outros) e representantes indígenas dentro de

uma atenção diferenciada, visando compreender essa dinâmica e na proposição de alternativas. Esse é um longo caminho a ser percorrido.

Algumas comunidades possuem ônibus e caminhão e dividem o combustível. Em Londrina, ficam ou na Dez de dezembro/Duque de Caxias, local desativado pela PML em 2004 . Se deslocam para a região urbana em grupo de parentesco. Geralmente as famílias que vem vender artesanato permanecem por aproximadamente 3 dias, mas também podem durar duas semanas ou mesmo 30 dias.

Na entressafra os homens acabam se deslocando para São Paulo e outra região do Paraná para trabalhar em latifúndios. Muitos jovens também acabam indo trabalhar na construção civil. Tem um posto de saúde que fica na sede.

Atualmente existe um Indígena que atende as demandas internas da comunidade em parceria com os técnicos do Crass Rural e antropóloga. Esse Indígena é servidor do município de Londrina.

E em tempos de pandemia, a população indígena na sede fez suas barreiras, mas já com casos de contaminados pela Covid19, inclusive casos de óbitos, essa população precisa de alimentos, vestuários, remédios e testagem em massa. Se fazendo necessário que o poder público seja atento e rápido nas ações de controle e prevenção.

PROPOMOS:

- Priorizar a prevenção de saúde, com a prefeitura do município de Londrina ampliando o modelo de assistência aos indígenas com a garantia de insumos e médico;
- Prover especialidades médicas dentro da TI e das aldeias, montando uma equipe dentro das TIs. Atendimento médico e odontológico da população indígena também na cidade, preferencialmente por equipe qualificada;
- Trabalho de conscientização nos hospitais das cidades que recebem os indígenas, para fornecerem uma atendimento adequado, com empatia;
- Fortalecimento da unidade local de saúde, nas referências primárias e secundárias para atenção à saúde da população indígena;
- Equipar adequadamente o posto de saúde da TI e fornecer insumos adequados;
- Garantir a uma assistência diferenciada para a saúde indígena e a permanência do médico do município de Londrina que atende a população;
- Incentivar e implementar ações destinados a saúde da Mulher e da criança, assim como outras ações de prevenção e intervenção ligados ao bem estar das famílias Kaingáng;

- Coleta de lixo: garantir um modelo de coleta adequado e um projeto de educação ambiental com relação a separação do lixo. Implantar o projeto sobre coleta de lixo já existente pelo programa Ven Kar em parceria com a Copel, Uel e UeM;
- Saúde Animal: cuidados com os Animais domésticos da TI(cães e gatos). Sugestão de projetos da veterinária. Prevenção de doenças como a sarna e combate a desnutrição dos animais. Implantar e viabilizar a proposta existente em relação aos animais do programa Vem Kar em parceria com a Copel e universidades;
- Assistência Social: CRAS dentro da Terra Indígena, com assistente social indígena que atenda todas as demandas e especialidades que as famílias requerem;
- Circuitos culturais e de memória: dar visibilidade para as populações indígenas, promovendo suas ações culturais, como arte, dança e apresentações na cidade como um todo, principalmente nas escolas e universidades;
- Criar suporte para auxiliar a busca de fomentos culturais pela comunidade indígena, auxiliando a formulação e tramitação de projetos para editais de fomento cultural;
- Retomada do projeto KRË GFÿ de venda de artesanatos indígenas, com criação de circuito de comercialização de artesanato;
- Pavimentação e melhoria da estrada de Lerroville até a Terra Indígena e promover diálogo entre eles e os produtores rurais, em relação a estrada utilizada para escoamento da produção local;
- A Gestão municipal interceder por ações que beneficiem os indígenas no sentido do ingresso e permanência no ensino superior. Implantar uma casa de passagem/ morada/centro cultural na cidade de Londrina para os estudantes, para a permanência, com a possibilidade de levarem a família, com espaço de aprendizagem para filhos dos acadêmicos ou para quem está ali de passagem;
- Produção de material didático e de formação continuada de professores em relação ao aprimoramento do ensino da história e cultura Indígena na Rede Municipal de Educação de Londrina;
- Transporte adequado para deslocamento de docentes da sede até Aldeia Branca e Tamarana, em dois períodos e transporte adequado para crianças e adolescentes da Aldeia Água Branca e Barreiro até as escolas e vice versa;
- Internet gratuita dentro da Terra Indígena;
- Fortalecer e implantar as ações do centro de passagem indígena, assim como implantar o projeto arquitetônico elaborado pelo Ippul da prefeitura municipal Londrina, no referido espaço, destinado ao abrigos temporários das famílias indígenas que veem a Londrina para o comércio de artesanatos;

EIXO DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Para o Partido dos Trabalhadores, o aprofundamento da democracia com legítima participação popular nas decisões é um valor fundamental. Em Londrina, a análise da participação popular nas decisões da gestão pública, através dos conselhos, constata pontos negativos no sistema de participação popular:

Não existem informações claras destinadas aos cidadãos e cidadãs, da existência e do papel dos Conselhos. Eles terminam, muitas vezes, sendo puramente institucionais e burocráticos, o que dificulta o protagonismo de cidadãos e movimentos sociais. O “Setor Empresarial/Patronal” articula o setor popular e acaba por sobrepor as suas ideias nos Conselhos, gerando uma deficiência de interlocução entre os representantes e os representados, ou seja, verificou-se baixa legitimidade dos representantes populares nos Conselhos.

A Sociedade Civil geralmente é representada pelas mesmas “instituições tradicionais”, sem o protagonismo de novos movimentos. Alguns relatos indicaram posições corporativistas, que culminam com a defesa de interesses pessoais ou apenas do segmento ou entidade representados e há dependência do Poder Público, com conselhos vinculando-se aos interesses da administração sem condição de disputa de ideias. Há falta de interlocução e estratégias de comunicação antiquadas nos conselhos com seus representados, que desconsideram as novas tecnologias.

PROPOMOS:

- Estabelecer por meio das plataformas virtuais uma interação dinâmica de informações claras sobre a administração pública municipal, com ênfase na questão orçamentária e nas políticas sociais;
- Criar formas de comunicação junto à população explicitando o papel dos conselhos, sua importância na dinâmica das prioridades da administração pública e destacar o papel da representatividade e da participação direta dos cidadãos/cidadãs;
- Fortalecimento do Fórum dos Conselhos para tratar das deliberações a respeito do orçamento municipal. Parte do Orçamento será destinado à Gestão por Projetos, inclusive com base territorial das ações intersetoriais, permitindo compreender e propor soluções para a cidade como um todo e não apenas a defesa dos interesses por segmentos. Estimular a interação junto aos Movimentos Sociais;
- Criar a “Casa dos Conselhos” dotada de infraestrutura com equipamentos e pessoas disponíveis para as tarefas burocráticas de todos os conselhos municipais. Constituirá local de encontro também do Fórum dos Conselhos;
- Instituição do Conselho de Políticas Fiscais, para discutir a formação e gestão do orçamento municipal.

GOVERNANÇA COMUNITÁRIA:

Propomos, além da democracia participativa através dos conselhos, também a governança comunitária, tendo as comunidades ativas na gestão democrática da cidade. As comunidades sendo incentivadas à organização, podendo essa união solidária acontecer em relação a uma área territorial, em torno de praças, ruas, avenidas ou fundos de vale. As comunidades, por sua conta, com a iniciativa privada, com o governo ou em parceria com outros setores, buscam criativamente solução para as demandas que considerem prioritárias.

Esse é um modelo de gestão democrática, em que as pessoas dos mais variados segmentos da comunidade podem participar da formulação e execução de projetos de desenvolvimento humano de seu interesse, com mais possibilidade de que se realizem e melhores condições de cobrança do Poder Público. Governança Comunitária nada mais é do que governar com as comunidades, para as comunidades. Uma democracia de fato, junto com as pessoas, para que todos tenham vida digna.

EIXO DE POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

Londrina teve sua população estimada para 2019 em 569.733.000, segundo dados do Perfil do Município¹. Para cuidar dessa população, teve sua previsão de arrecadação, para exercício de 2020, atualizada, conforme dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária² para cerca de R\$ 2.128.000.000,00 entre: receitas Correntes e receitas de Capital.

Para prestar serviços a essa população possui um quadro de servidores estatutários ativos e ainda a obrigação com servidores que já atenderam a população os servidores inativos. Neste sentido, a gestão pública Municipal conta com o quantitativo total de 12.085 cargos que são ocupados por 9839 servidores ativos³ com despesas no período de Maio/ 2019 a abril/ 2020, na ordem de R\$ 901.601.866,20 conforme aponta o Relatório de Gestão Fiscal⁴ - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Importante notar que há 2.395 cargos vagos na estrutura municipal. Possui também 4.166 servidores inativos⁵ com uma despesa com inativos e pensionistas de R\$ 327.277.886,34, conforme apontado no Relatório de Gestão Fiscal⁶. Considerando que o Serviço Público, é um serviço feito por pessoas para pessoas. Neste sentido, faz-se necessário o poder público, enquanto empregador, dar boas condições de trabalho para quem vai cuidar, ou já cuidou, das necessidades dos cidadãos. Com essa perspectiva o grupo de trabalho observou os seguintes problemas na Política de Gestão de Pessoas no Município:

- Desinteresse da administração Municipal em resolver o déficit atuarial da Previdência Municipal. Corroborando a assertiva, no final de julho de 2020 foi noticiado na imprensa que o conselho Administrativo da CAAPSMML denunciou o prefeito Marcelo Belinati ao TCE por falta de repasses e de um suposto rombo de R\$ 71 milhões⁷;
- Necessidade de realização de Concurso Público para contratação de professores com o objetivo de suprir o número de vagas de cada escola e CMEI para que possam de forma administrativa e pedagógica trabalhar com tranquilidade e propor uma continuidade na busca da qualidade de ensino. Os contratos temporários de até dois anos não são eficazes às escolas;

- Aplicação constante de auxílio financeiro a todos professores da rede municipal de ensino que participarem de cursos de formação continuada promovidos pela SME fora do horário de trabalho, considerando-o como incentivo e valorização ao professor;
- Criar programas e investir na Formação Continuada de professores para Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA, Ed. Integral, Ed. Especial, abrangendo todos os professores priorizando-se, fóruns, encontros gerais de sensibilização, debates e cursos de processo contínuo que contemplem entre outras temáticas as que seguem, promovidos pela SME com especialistas nos assuntos;
- Estabelecer a cultura da participação e acompanhamento sobre as decisões acerca das prioridades das demandas educacionais com a participação de cada comunidade escolar (gestores, APMs, Conselhos escolares, professores e demais profissionais) e demais conselhos ligados à educação. Que a Secretaria de Educação tenha em seus quadros, técnicos que possam orientar e acompanhar os processos licitatórios em todas as suas etapas, visando facilitar a interlocução entre Secretaria de Educação e setor de Licitação da Secretaria de Gestão Pública e tornar dinâmico o princípio de agilidade presente nos fundamentos constitucionais para compras, aquisições ou contratação de serviços pela Administração Pública.
- Insegurança dos professores para tratar determinados temas em sala de aula;
- Inexistência de formação para os professores para os temas ligados a direitos humanos e a educação crítica,
- Insegurança do servidor quanto à manutenção de suas conquistas;
- Ausência do fomento à capacitação continuada do servidor com foco principalmente, nas mudanças que estão ocorrendo na sociedade;
- Desatualização das atribuições de carreiras e cargos para que atendam as demandas atuais da sociedade;
- Estrutura administrativa, dos órgãos, com atribuições ultrapassadas e duplicidade de trabalho e informações;
- Necessidade de informatização de todos os processos administrativos,
- Baixa utilização de novas tecnologias enquanto ferramentas para melhorar e simplificar processos;
- Falta de envolvimento de todos os servidores, em todas as fases, do processo para a entrega de bens ou serviços à população;
- Desmotivação dos servidores;
- Falta proposta de valorização dos professores com elevação do piso salarial e reconsiderações no PCCS.

É importante destacar que, um dos maiores problemas que o Município tem com o servidor é a falta de pagamento do déficit atuarial apontado, na Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores⁸, constante da LDO, se encontrava na casa R\$ 2.255.774.128,91 e se nada for feito já no exercício de 2021 faltará R\$ 12.961.926,09 para pagamento dos benefícios previdenciários.

Acreditamos que é importante trabalharmos esses pontos junto aos servidores, para que esses trabalhadores auxiliem na construção de uma “Vida Digna” a todos os londrinenses.

CAAPSML

Conforme restou diagnosticado e analisado, o servidor público municipal ativo e o inativo tem uma preocupação especial com a situação financeira da CAAPSM. O déficit atuarial apontado na Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, constante da LDO, se encontrava na casa de R\$ 2.255.774.128,91 e se nada for feito já no exercício de 2.021 faltará R\$ 12.961.926,09 para pagamento dos benefícios previdenciários.

O Relatório de Fluxo Financeiro Projetado até 31.12.2020 da CAAPSM indica que ao final de novembro de 2.020 o saldo da Previdência ficará deficitário em R\$ 3.533.185,23 e no final de dezembro de 2.020 o déficit será de R\$ 21.137.052,12. Consta no rodapé do Relatório a seguinte nota explicativa: 2) Foi verificado que no mês de NOVEMBRO 2020 o fundo esgota suas disponibilidades, não podendo arcar com o aumento da folha ocasionado pelo pagamento da 1ª Parcela do Décimo Terceiro Salário a Aposentados e Pensionistas.

É importante mencionar que foi criada através do Decreto 151 de 05/02/2020 uma comissão “com a finalidade de realizar estudos e apresentar propostas, através de minutas de projetos de lei, de alteração na legislação municipal, que possam melhorar a gestão e viabilizar a diminuição de despesas futuras do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos de Londrina, com medidas complementares de equacionamento previdenciário, adequando-se, no que couber, à legislação federal”.

Não se têm notícias até o momento de que a referida Comissão tenha concluído os estudos e apresentado propostas.

PROPOMOS:

- Ser absolutamente transparentes com o servidor ativo e inativo quanto a situação da CAAPSM e a urgência de se tomarem medidas para mantê-la ativa;
- Implementar os aportes necessários para reduzir o déficit previdenciário, cuidando para que tais aportes sejam realizados de forma criteriosa a fim de que não haja prejuízos às outras necessidades da Prefeitura no atendimento à população.
- Analisar as conclusões e propostas realizadas pela Comissão acima mencionada e, se não houver sido finalizado o estudo, considerar a substituição dos membros desta Comissão a fim de que se possa dar continuidade aos trabalhos; e

CONDIÇÕES DE TRABALHO E GARANTIA AOS SERVIDORES

- Manter o professor da rede municipal motivado e valorizado, através de investimento constante em sua formação e elevação do piso salarial;
- O servidor público deve ter assegurado que os seus direitos duramente conquistados serão preservados;
- Otimizar o trabalho do servidor através de uma reforma administrativa que leve em conta as demandas atuais da sociedade, atualizando as atribuições dos cargos e funções, informatizando

todos os processos administrativos, utilização de novas tecnologias que potencialize e simplifique processos.

FISCALIZAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

PROPOMOS:

Com o objetivo de melhorar o controle social:

Interno

- Buscar a maior transparência ativa possível com ênfase na linguagem cidadã;
- Aumentar os recursos humanos e tecnológicos do controle administrativo (controladoria e ouvidoria) e criar mecanismos mais eficientes para o controle dos atos administrativos;
- Capacitação dos servidores de todos os órgãos e níveis principalmente no uso de tecnologias em especial no uso do SEI e na legislação sobre transparência;
- Melhorar a publicidade dos atos administrativos.

Externo:

- Estimular o controle social por meio dos Conselhos Municipais, grupos de trabalho permanente, audiências públicas, plebiscitos e referendos, discussão de propostas de leis e decretos com a população e a participação desta no processo de formação daqueles;
- Capacitação da população ao controle social com noções básicas de direito constitucional, administrativo, sobre transparência, como funcionam as instituições e como utilizar os institutos de controle previstos em lei, de forma permanente (online) e esporádica (presencial);

Licitações:

- Acompanhamento devido do processo licitatório do início até a finalização do contrato;
- PLANEJAMENTO ANUAL E PLURIANUAL DE LICITAÇÕES;
- Melhorar o engajamento dos órgãos e secretarias municipais no processo licitatório, torná-lo mais participativo e concomitante (acontecendo com maior integração entre os agentes envolvidos e não iniciando uma fase apenas depois de acabada a anterior, na medida do possível);
- Aumentar a publicidade das licitações e incorporar cada vez mais tecnologias principalmente meios de comunicação de massa para potencializar a concorrência;
- Criar cooperativas, PPPs etc. com micro e pequenas empresas para dar mais preferência a empresas locais nas compras públicas principalmente na compra de alimentos;
- Criar realizar estudos constantes sobre efetividade, produtividade, identificação de problemas, atrasos etc.;
- Criação do cargo de fiscal, para contratos e obras, com treinamento específico, plano de carreira próprio etc.

Obras:

- Aprimorar o acompanhamento de obras;
- Realizar um estudo nas obras dos anos anteriores buscando identificar os problemas e acertos para corrigir ou repetir as ações realizadas;
- Criar um protocolo rígido e objetivo de acompanhamento e fiscalização de obras;
- Criar uma direção ou gerência de manutenção para a infraestrutura visando a conservação e segurança do que já foi construído, desta forma melhorando o planejamento de obras futuras;
- Criar protocolos para utilização de placas sinalizando as obras;
- Incluir no planejamento das obras rotas alternativas, medidas paliativas, planos de contingência etc. para reduzir ao máximo o impacto ambiental das obras (seja ambiente natural ou urbano);
- Melhorar o sistema de transparência dos recapes com a previsão de local e data do recape, valor gasto, valor inicial etc.
- Contratação de mais engenheiros, com urgência, entre os quais engenheiros de trânsito;
- Estudos e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana

Controladoria e Ouvidoria

Controladoria:

- Rever a controladoria para que passe a atuar também de modo preventivo, não apenas para, ao final, identificar incongruências, quando eventuais prejuízos já estiverem se realizado.

Ouvidoria:

- Aumentar o treinamento do pessoal, em especial no que se refere a impessoalidade, indicar apenas funcionários de carreira para o cargo de ouvidor geral;
- Retornar à ouvidoria ao seu papel original e apenas de um receptor de pedidos de informação

Legislação consolidada

- Em vista de aumentar a publicidade dos atos públicos é necessário e urgente a consolidação da legislação municipal, tanto das leis quanto decretos e criar um mecanismo eletrônico onde se possa consultar de maneira mais eficiente e limpa em linguagem cidadã para os principais pontos.

Análise de dados

- Investir pesadamente na análise de dados para poder realizar estudos, dar mais transparência, mais eficiência na gestão pública, utilizar de análise de dados em todas as áreas e níveis da administração e fazer com que tudo seja sistematizado tornando o controle (quantitativo, qualitativo, de eficiência, de erros etc.) muito mais simples e transparente.